

Antirracismos e a luta política do povo negro após 2018

Diogo Joaquim dos Santos*

Resumo:

Após as execuções da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Nunes, no ano de 2018, houve um conjunto de revoltas coordenadas no sentido da contestação do neoliberalismo. Setores da esquerda que pensam não ter uma identidade para além da identificação abstrata de classe, não conseguiram vislumbrar a importância daquelas manifestações. Especialmente aberta pelos movimentos de mulheres e do feminismo negro, a potência da luta advém de um amadurecimento desses coletivos em suas ações cotidianas. Nesse processo, encontram-se as possibilidades concretas em torno da conjugação mais profunda e indissociável da luta anticapitalista e do antirracismo.

Palavras-chave: Antirracismo; anticapitalismo; identitarismo; resistência do povo negro.

Anti-racism and the political struggle of black people after 2018

Abstract:

After the executions of councilwoman Marielle Franco and driver Anderson Nunes in 2018, there was a series of coordinated revolts aimed at challenging neoliberalism. Sectors of the left that think they do not have an identity beyond abstract class identification have failed to see the importance of those demonstrations. Especially opened by the women's and black feminism movements, the power of the struggle comes from the maturity of these collectives in their everyday actions. In this process, concrete possibilities are found around the deeper and inseparable combination of the anti-capitalist struggle and anti-racism.

Keywords: Anti-racism; anticapitalism; identitarianism; resistance of black people.

* Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo-SP, Brasil.

End. eletrônico: diogo.jsan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4115-5629>.

Introdução¹

A conjuntura dos anos de 2018, 2019 e 2020 apresenta pistas acerca dos nós de um impasse que se tornou muito presente entre as formas de organização de luta antirracista. Para muitos, o brutal assassinato de Marielle Franco e de Anderson Nunes produziu uma espécie de impacto jamais visto na política e nas lutas sociais². Todo o movimento anterior a este fato é que permitiu o significado atribuído a ele. Por outro lado, esta significação foi dada também pela síntese da atividade política dos movimentos sociais negros e de ativistas antirracistas.

Assim, a grande quantidade de candidaturas de mulheres negras e negres LGBTQIA+ no Rio de Janeiro no ano de 2020 (Nogueira, 2020) não foi o produto unicamente de um chamado ‘efeito Marielle’. Conecta-se com os resultados de anos de mudanças, por exemplo, do perfil de estudantes de universidades públicas, agora também oriundos das famílias negras da classe trabalhadora; interliga-se às crescentes articulações dos coletivos feministas negros, igualmente capitaneados por uma mudança perceptível nas formas de representação política, muitas vezes voltada à representação midiática e do *Black money*³, cujos círculos remetem à promoção da imagem do negro em todas as esferas da propaganda, como artifício de democratização desses espaços culturalmente marcados pela reprodução do racismo.

Há, porém, um duplo sentido do que chamamos de “efeito Marielle”. De um lado, este seria um divisor de águas na movimentação dos que se colocam na luta contra o racismo e, de outro, seria um catalisador das tendências que respondiam ao neoliberalismo em crise, por parte dos movimentos negros, em especial, nos movimentos de mulheres negras. O amadurecimento de diversas pautas nesses movimentos fez do nome e da figura de Marielle símbolos da luta anti-sistêmica.

¹ O artigo é parte das reflexões apresentadas em minha tese de doutorado (Santos, 2022).

² Importante destacar os diversos atos públicos ocorridos nas universidades brasileiras e as diversas manifestações, atos e greves catalisadas pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, até internacionalmente, que ainda ocorrem à data de escrita deste artigo. Ver Assis; Santello (2018), e Biroli (2018).

³ Essa via de resolução das desigualdades entre negros e brancos aponta a transformação social por meio de agentes dos *negócios* realizados por negros, responsáveis por alterar as estruturas sociais. As teorizações mais gerais dos grupos denominados *Afroempreendedorismo* circundam formulações de Marcus Garvey. De modo geral, entendem que mudanças estruturais podem advir de um círculo financeiro montado entre negros.

Sobre o chamado “identitarismo de esquerda”

Especialmente sobre os movimentos sociais negros e feministas recaiu com mais intensidade a alcunha de “identitarismo de esquerda”. As últimas duas décadas foram marcadas por embates muito intensos entre movimentos sociais e quadros da intelectualidade brasileira (de perspectivas elitistas e racistas), que suscitaram acusações desta natureza. A ideia de que o identitarismo seria próprio da esquerda é, para os ideólogos da direita e os liberais, um subproduto de um apelo das esquerdas às minorias, sob o artifício de atrair as massas valendo-se do tema das identidades dos grupos sociais. Tais embates já se encontravam constituídos no contexto da institucionalização das políticas de “igualdade racial”.

Com efeito, as ações afirmativas assumem um caráter político diante do qual houve uma imediata reação tanto dos núcleos intelectuais da classe dominante como de alguns vinculados à racionalidade pequeno-burguesa. Ora, as ações afirmativas são formas de alcançar a reparação histórica às populações negras pelos séculos de exploração e opressão. As cotas raciais nas universidades públicas, neste sentido, são um tipo de ação afirmativa e foram conduzidas a partir da compreensão da urgência de *flexibilizar o acesso* da população negra ao ensino superior (Santos, 2001). Na contramão desta proposta, a concepção liberal se valeu da anedota de que a questão racial seria um problema de desigualdades de acesso por má formação, má capacitação, ausência de “capital humano”.

Segundo Hélio Santos (2001), a população negra deveria ser incluída de modo integral na proposta de desenvolvimento do país. No Brasil, o não acesso às políticas estruturantes coloca a população negra em um *círculo vicioso* (Santos, 2001). Mas, como atingir o desenvolvimento social por meio de políticas compensatórias constitutivas de uma tendência de contradesenvolvimento, de caráter regressivo?

A concepção de ação política que predominou se ligava à busca pela garantia de acessos e políticas afirmativas para a população negra como parte da reivindicação de reparação. Esse entendimento e os ideais de “direito à diferença” na defesa da igualdade racial, aproximam-se das ideias de Boaventura de Sousa Santos (2003) sobre o direito à uma forma de igualdade não nominada, que seja capaz de “reconhecer as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Santos, 2003, p. 56), ressalvada a concepção deste sobre a produção dessas desigualdades.

O Movimento Black Money

A experimentação que nos levou a pautas roubadas, cooptadas, mas que continham um fundamento na luta, se defrontam com um consciente alinhamento com os propósitos dominantes. O Movimento Black Money, nesse sentido, emerge com uma proposta de valorização da diversidade da identidade negra, mas apresenta

uma solução que resulta na intensificação da exploração da classe trabalhadora negra. Esse talvez expresse um identitarismo muito mal revestido de luta social e de organização anti-sistêmica. Sob os pressupostos de que o capital que possuem os capitalistas, em geral brancos, deveria ser canalizado pelos negros e entre os negros para uma melhor repartição entre negros, uma de suas fundadoras, Nina Silva, apresenta os limites estruturais colocados da seguinte maneira: *Sentia uma inquietação em ver lugares que não são ocupados por outras mulheres e outras pessoas negras. Mais ainda, queria criar a autonomia para que nós não precisemos desses lugares* (Na prática, 2020).

Enquanto prática social transformadora, vemos que a potência desse grupo age contra os termos da libertação e da igualdade real da população negra. Aqui, o aspecto particular da relação opressora entre brancos e negros é depurada de todo seu conteúdo classista, pois leva ao problema de uma representação que tem, por teto, o alcance de um *capitalismo negro*. A descrição dada pelo próprio movimento é a seguinte:

O Movimento Black Money é um hub de inovação para inserção e autonomia da comunidade negra na era digital junto a transformação do ecossistema empreendedor negro, com foco em comunicação, educação e geração de negócios pretos. Tendo como diferencial o fomento do letramento identitário e do mindset de inovação ao ecossistema afro empreendedor, estimulamos o espírito inovador de empreendedores e jovens negros para a criação de diferenciais competitivos no mercado. Um dos nossos pilares de trabalho é a disseminação da filosofia de descrença dos poderes/intenção do Estado no sentido de justiça e equiparação racial, além da promoção do associativismo entre empreendedores negros e comunidade negra a fim de fortalecer o afro consumo e impactar a qualidade de vida de todos nós negros dentro de uma visão Panafricanista⁴.

Para o Movimento Black Money, além do apelo epistemológico como ferramenta de identitarismo, a solução para as adversidades que assolam a população negra é o empreendedorismo negro. Apresenta-se com a pretensão de ser anti-sistêmico, mas permite a manutenção de status e patamares de ascensão social restritos a grupos muito singulares da população.

Obviamente, há uma intencionalidade desses grupos em alterar a configuração da concentração de renda, mas esses termos são profundamente

⁴ Informações que constam no website do *Movimento Black Money*. Disponível em: movimentoblackmoney.com.br. Acesso em 20 jul. 2021.

individualistas, mesmo que conserve seu maior nível de “igualdade” perante os empreendedores brancos, em nenhum momento o capital é o inimigo a ser combatido. O problema não está no capital, mas na gerência do capital. Por meio da representatividade, o Movimento Black Money busca mover estruturas no interior do mercado partindo da base social. E essa não é uma questão moral. Queremos que a população negra tenha acesso ao mercado, à renda digna, à empregabilidade etc.. Porém, o Movimento não tengencia a questão dos direitos sociais. Ao contrário, adota uma espécie de “anarquismo liberal” e apoliticismo, em que a condição *sine qua non* da reprodução das desigualdades permanece intocada, especialmente para aqueles que se encontram na base da pirâmide social e sobre os quais recaem as mazelas mais aviltantes do racismo.

O “lugar de fala” e as estruturas de poder

A figura de Marielle Franco representava, para alguns críticos, um caso de identitarismo de esquerda, quando a vereadora se pronunciava enquanto ““feminista, negra e favelada’, ‘cria da favela da maré” (Franco, 2017, p. 89), ligada a um partido político do espectro da esquerda.

Esta concepção vem mudando face ao amadurecimento das discussões sobre cooptação e capitalismo negro no interior dos movimentos negros. Contribuem para esta mudança, as traduções de livros de autoras como Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019), dentre outras militantes feministas negras estadunidenses. Esse contexto também contou com a contribuição de Djamila Ribeiro, em especial com seu livro *O que é lugar de fala?* (2017). Muitas foram suas influências nos movimentos sociais, especialmente com aportes teóricos e impulsionando a produção de conhecimento no interior dos movimentos negros e dos grupos do feminismo negro.

Com efeito, a maior ênfase a uma esfera particular de reprodução da vida social ou a análise particular dessas esferas nem sempre pode ser compreendida como um *particularismo*⁵. A tomada de posição de análise em torno de um aspecto particular e local, com um específico objetivo, por si só não rompe com a totalidade, uma vez que, na relação dialética entre o universal e o particular, pode-se partir de uma esfera mais específica da realidade social para encontrar suas determinações mais amplas, ou ainda podemos dizer que estas

⁵ O particularismo é entendido aqui como a elasticidade negativa com que se analisa e age na realidade em torno de um aspecto particular, sobre o qual incidem rompimentos sistemáticos com a totalidade, a dialética e, em casos mais extremos, com o humanismo, já acusando aí uma aberta vinculação ao irracionalismo moderno e dos “pós-modernos”. Tal elasticidade, ao romper com a dialética entre o universal e o particular, segundo Lukács (1972), sempre provocou na história uma justificação ou defesa útil ao capitalismo.

determinações estão contidas nas formas mais específicas da reprodução social (Lukács, 1972).

Em razão disso, pretende-se atentar para a maior acuidade sobre os efeitos possíveis de polêmicas injustas que, ao apontar equívocos de certa tendência, homogeneinizam-na, personificando tudo o que a ela está ligado, silenciando pensamentos particulares que alçam universalismo, como os que podemos encontrar em Kilomba (2019), Crenshaw (1988; 1994), Adichie (2009), dentre outras/os, que ainda carecem de maior aproveitamento e apropriação por parte da esquerda – essa apropriação por feministas negras, inclusive, tem feito avançar muitas concepções, pelo entrecruzamento de opressões e das concepções da interseccionalidade. As mesmas marcas de “apagamento” impostas pela cultura dominante também são responsáveis pela invisibilidade de intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez (2018), Beatriz Nascimento (2018), Sueli Carneiro (2019) e outras. Estas “intérpretes” do Brasil são importantes figuras do pensamento social e político, que sempre foram enaltecidas pelo radicalismo culturalista e passaram também a ser revitalizadas no tocante à perspectiva de totalidade no âmbito dos debates marxistas⁶.

Em que pesem as críticas e polêmicas sobre a Djamila Ribeiro (2017), a ideia de lugar de fala não é inaugural. E, na medida em que trata das estruturas sociais que conformam o discurso dos grupos oprimidos da sociedade, fomenta questões da mais alta relevância, como a subjetividade das relações étnico-raciais. De algum modo, é das demandas de luta que parte essa ideia, em sociedades como a nossa, profundamente marcadas pelo racismo e pelo patriarcado. Boa parte dos adeptos das reflexões de Ribeiro (2017), problematizam essas estruturas simbólicas e denunciam o racismo, uma das facetas de silenciamento, especialmente de mulheres negras, racializadas estruturalmente enquanto grupo exposto à maior violação de direitos na sociedade brasileira.

Todavia, é preciso dizer que Ribeiro (2017) traça uma análise sobre o poder semelhante à concepção foucaultiana e sua microfísica indeterminada por aspectos estruturais macrossociais. Esse aspecto converge para o fato de que ampla visibilidade do antirracismo acaba por conjugar elementos discursivos e práticas de representatividade que, por vezes, reforçam uma hostilidade tanto às análises materialistas sobre a história, como ao marxismo e ao comunismo. Isso ocorre em razão de uma compreensão equivocada da subjetividade do modo de produção, pois é notável em sua reflexão o entendimento de que o marxismo e sua prioridade pela organização da massa operária pouco teria a apresentar ao

⁶ Um trabalho importante a este respeito foi desenvolvido por Renata Gonçalves (2021).

amplo contingente de desempregados negros, à resistência dos terreiros ou à população encarcerada.

Essa argumentação é valida para que se possa problematizar, a seguir, os impactos do recorte racial da intelectualidade dominante, inclusive na esquerda, cujas formas de luta, em alguma medida, permeiam a identificação ou a não identificação com a classe trabalhadora negra. São práticas que adentram o campo de lutas da esquerda, mas que ainda podem responder por uma dominância da identidade branca da dominação, o que, por sua vez, é contraproducente no interior das próprias lutas.

Identitarismo e luta política das negras e negros da classe trabalhadora

Certamente há, no problema do identitarismo, uma questão premente sobre a conjugação das lutas. No entanto, não se pretende que seja apenas a livre manifestação de demagogia da burguesia ou uma disputa que desconsidere a cultura. Desde o início deste trabalho, temos apontado o caráter determinado do identitarismo, cuja análise supõe uma situação concreta.

O ideário “pós-moderno”, em sua versão mais caótica, também apela a um alto grau de relativismo. Mas a percepção geral sobre a luta política dos negros em sua totalidade (e não apenas a luta de defesa cultural) é a de que haveria um atrelamento entre a crescente valorização de uma identidade particular e um ascendente de ordenamento à ordem burguesa. Ora, isso é falso quando se atribui de modo indiscriminado essas questões a um problema da identidade negra.

As diversas críticas oriundas de alguns setores da esquerda às chamadas políticas identitárias são direcionadas ao caráter liberal que o afastamento de uma perspectiva classista nas lutas sociais tende a assumir no capitalismo neoliberal. As revoltas que se iniciaram após os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Nunes em 2018, nesse sentido, foram concebidas por setores da esquerda como lutas distantes de uma perspectiva classista.

Essa corrente comprehende que houve o papel determinante da escravidão para o surgimento do capital industrial, porém, a escravidão se situa sob suas determinações mais objetivas no esquema reprodutivo do capitalismo. O racismo aparece, desse modo, como mero reflexo na luta de classes, aludindo a certa ocasionalidade em sua ocorrência na história. É como se racismo e capitalismo “se encontrassem” apenas para realizar a escravidão negra entre os séculos XVI e XIX, a fim de estabelecer as bases da acumulação primitiva. Certamente, é o que se depreende dessa justificação de Eduardo Vasco em resposta a Valter Pomar, dirigente do Partido dos Trabalhadores, na polêmica sobre a queima da estátua de Borba Gato em ato contra o presidente Jair Bolsonaro já no ano de 2021:

Em sua época, a colonização portuguesa do Brasil foi um progresso. Hoje, a colonização estrangeira do Brasil é um retrocesso. Mas é justamente a isso que servem os identitários: em nome do combate o progresso histórico, tachado de retrocesso, tentam impor o retrocesso ao Brasil de hoje (Vasco, 2021, s.p.).

Do lado dos acusados de *identitarismo*, supõe-se certo eurocentrismo na análise da luta de classes quando se transpõe a realidade brasileira para um modelo societário do centro do capitalismo; ademais, a ausência da atenção à subjetividade do racismo refletiria na invisibilização da condição do revolucionário, particularmente negro⁷, aspecto que não contrapõe, por outro lado, reforça os símbolos sociais da *branquitude*⁸. Provoca ainda a diluição das determinações de ‘raça’ no interior das determinações mais singulares de ‘classe’, supondo o desaparecimento automático da opressão racista com o advento do socialismo.

Percebe-se ainda uma tendência em eleger as determinações de classe em suposta prioridade de demandas em relação às determinações de ‘raça’, o que recusa, de certa forma, valendo-se dos termos de Lukács (1972) uma compreensão da relação dialética existente entre o *universal* e o *particular*, sendo essa uma base importante deste estudo. Naquela relação, como apontou Lukács (1972, p. 93) o existir individual não deixa de ser “um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, e a vida genérica [...] uma mais particular ou mais geral vida individual”.

Devido a essa ponderação, torna-se preciso refletir com maior profundidade sobre a crítica que equalizou as manifestações na luta contra o racismo da última década enquanto *identitarismo* (Farias, 2018), pois não raramente essa alcunha remeteu a uma clara recusa às particularidades da identidade negra, pressupondo de modo velado um particularismo no âmbito das determinações de classe, e, em casos extremos, se expressa o sectarismo e o racismo que se vale do recurso à abstração com retorno a um local particular e privilegiado do concreto (já

⁷ Parafraseando o provocante título do livro de Deivison Mendes Faustino *Frantz Fanon. Um revolucionário, particularmente negro* (2018).

⁸ Segundo Schucman (2014), a branquitude remete à normatização da identidade racial dominante, a qual se arregimenta em torno de “privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista” (Schucman, 2014, p.84). Isso significa dizer que a branquitude, ao ser uma posição social ocupada à luz de ganhos, conquistas ou condições cidadãs, é uma posição social que priva os sujeitos em não serem alvo de extermínio e discriminação de uma estrutura racista, o que permite realizar o modo de ser e existir racializado da população dominante, que pode ser heterogêneo dada a sua distribuição heterogênea entre classes na sociedade, mas que não está vinculado à existência biológica de sujeitos e sim de sua posição ou lugar na sociedade.

que se oculta, com tal recurso, que haveria um identitarismo branco, se assim pensado à luz da história particular das instituições políticas no país, de sua gênese e de sua condução).

Da mesma forma que o identitarismo é concebido como esvaziamento das pautas classistas, há um esvaziamento quando se afirma de modo genérico, sinalizando que “todo este movimento identitário é financiado pela burguesia através de organismos como a Open Society [...] A irmã de Marielle Franco é funcionária da Open Society, uma funcionária de Soros, um colonizador vivo, imperialista [...]. Queimar estátuas é seguir a política orientada por Soros (Pimenta, 2021, s.p.).

O identitarismo não opera apenas enquanto uma máquina de produzir consenso e cooptação, outrossim, é a própria manifestação de nossa crise e nela está contida um dilema dos movimentos negros.

Assim, a ideia de que há setores da esquerda que pensam não ter uma identidade para além da identificação abstrata de classe, passa a ser problematizada por diversos segmentos da luta antirracista. Maria Rita Kehl engrossa essa acusação indiscriminada ao retratar, em um artigo a respeito de sua compreensão da ideia de “lugar de fala”, o *lugar de cale-se*: “De igual para igual. Por isso não aceito que, em função de nossas origens diferentes – e dos privilégios dos quais tenho consciência – os companheiros membros do MNU eventualmente exigissem que eu calasse a minha” (Kehl, 2020, s.p.).

Um longo debate se estabeleceu, por conseguinte, em torno de movimentos negros estarem “cancelando” o debate público ou promovendo o que seria o lugar de fala às avessas: o lugar de cale-se. Uma polêmica em especial contou com a lucidez de Djamila Ribeiro em oposição aos argumentos de Lilia Schwarcz (2020), que fizeram avançar ao menos no ponto que os críticos do “identitarismo” dentro ou fora da esquerda deveriam analisar o concreto afastando o recorrente moralismo.

Celso Frederico (2016) aponta um aspecto importante. Acertadamente, deixa transparecer a posição de que a ideologia “pós-moderna” nos núcleos identitários promove uma inversão por meio da qual podem reproduzir a racialização, bem como a moralização. Mas, ao conceber que

Afirmar que, à semelhança dos Estados Unidos, haveria entre nós ‘sujeitos raciais’, como pretendiam alguns dos intelectuais presentes, bem como algumas correntes do movimento negro, tem como resultado a politização das diferenças e uma concepção racializada da vida social. Trata-se aqui da transposição de uma problemática norte-americana da race-conscious – a tomada de consciência da negritude como pressuposto para a luta por políticas compensatórias que visem

à diminuição das desigualdades. Mas no Brasil, contrariamente, a tomada de consciência surge como um resultado da ação estatal que pretende criar os ‘sujeitos sociais’ a serem incluídos através das intervenções focais compensatórias (Frederico, 2020, s.p.)

Frederico não supera ainda a lógica de contraposição “pós-moderna”, que expressa a reiterada mistificação realizada por Schwartzman (2001) e Kamel (2006), segundo os quais a racialização poderia se constituir num processo discursivo empreendido pelos negros, alheio à dinâmica social concreta da racialização. Ressalvas no interior da tradição marxista perpassam uma perspectiva de totalidade das opressões, que conjugam à luta dos trabalhadores.

Não se trata de um apontamento de ordem pessoal dos autores, mas do quanto seus trabalhos denotam novas empreitadas que não fizeram avançar na luta, por meio de um reducionismo que procede à acusação de identitarismo que atinge de modo indiscriminado a luta negra. A alguns setores da esquerda cabe superar a moralização, a acusação identitária e ponderar sobre os parâmetros das necessidades colocadas às lutas, de modo a não incorremos no erro dos “pós-modernos” de direita, deixando escapar o protagonismo negro e o apoio às pautas anti-opressão.

Antirracismo com identidade e com revolução

No percurso em busca de uma *perspectiva de totalidade*, entende-se que as contradições do capitalismo e o conflito entre capital e trabalho são parte integrante e central do racismo que assola as negras e negros brasileiros cotidianamente, porém, não haveria uma hierarquia causal-explicativa entre essas dimensões, uma vez que o racismo, o sexism, o machismo reproduzem-se centralmente atrelados, de forma que o capitalismo historicamente os comporta como processos indissociáveis.

A heterogeneidade dessa perspectiva transita pela dialética, a totalidade e a metodologia do materialismo-histórico para sustentar que o modo de produção capitalista e as opressões se interrelacionam. As concepções da indissociabilidade entre as opressões de gênero, raça e classe, repousam especialmente sob o marxismo, as perspectivas anticoloniais e também as tendências interseccionais do feminismo negro que revisitam as fissuras e lacunas de análise que permearam algumas interpretações esquemáticas e tendências à secularização da opressão no interior da esquerda.

As principais trilhas de uma perspectiva interseccional, como bem demonstram Assunção e Parks (2021), situam-se na vanguarda do movimento feminista, parte integrante de uma disputa de tendências em torno de contradições

acirradas pelo neoliberalismo e o desenvolvimento de processos culturais autônomos.

Jones Manoel afirma, outrossim, que a relação entre marxismo e luta anticolonial demonstra a “capacidade do marxismo de ser uma arma crítica e emancipatória para todos os explorados e oprimidos [...] as duas grandes razões revolucionárias da modernidade: marxismo e luta anticolonial” (Manoel, 2020, s.p.).

Há de se considerar, nesse processo, que as respostas da classe trabalhadora às formas de discriminação de negras e negros, como pude analisar em minha dissertação de mestrado (Santos, 2016), não possuem um caminho unívoco, no qual a expressão da consciência de classe revelaria uma espécie de estágio superior. No entanto, tais respostas constituem potencialidade revolucionária ao passo em que produzem unidade de direcionamento e revelam organicidade entre as demandas de luta de negros da classe trabalhadora e de toda a classe trabalhadora, colocando-se, ambas, de forma indispensável para o objetivo de realizar o ser coletivo, consciente da necessidade de superação da forma organizativa fundante da sociedade, de suas bases estruturais, da ordem do capital.

Isso pode ser visto no fato de que o movimento *Black Lives Matter*, ativo no Brasil especialmente entre os anos de 2018 e 2020, em cujas proporções incorporou variadas tendências, possuiu um aspecto progressista, dada a disputa de hegemonia no antirracismo ter se dado em frentes de radicalidade e com perspectiva de ruptura. Mas igualmente incorreu em um movimento da realidade das lutas, muito permeado pelas iniciativas do *capitalismo negro*, mas foi um período de disputa de hegemonia no interior da classe trabalhadora, pelos quais uma perspectiva de ruptura não desistiu de compor o movimento em sua ação política, ou seja, o movimento da realidade no qual abrem-se condições de luta tornou-se um cenário a ser disputado no tocante à consciência coletiva. Por esse entendimento, compreendeu Letícia Parks que “depois do Black Lives Matter, onda de greves nos EUA apontam o caminho da luta de classes para enfrentar a crise” (Parks, 2021, s.p.).

Fundamentando essa tradição, temos os caros temas da relação entre identidade negra e consciência de classe, entre o patriarcado e as pautas anti-opressão de mulheres negras e LGBTQIA+, e a tensão entre organizações classistas e políticas afirmativas. No entanto, apesar de existir essa pluralidade, não se observa rompimento com a dialética nesse movimento de análise, nem hostilidade a uma específica dimensão das opressões que se expressam com o racismo, além de se assumir na luta por um projeto societário demarcado no horizonte socialista.

Ademais, com razão, relata-se que uma análise com perspectiva “de classe” deve adentrar as nuances da objetificação dos corpos negros no capitalismo, da hostilidade à presença das negras e negros nos espaços

acadêmicos, bem como das permanências de condições de vida herdadas entre as famílias negras desde a escravidão. Seria preciso, portanto, não recusar o campo das políticas públicas para a garantia de direitos nos limites da sociedade burguesa, que permitam uma reversão mínima desse quadro bárbaro; mas essa tendência não se ilude que tais mudanças devam ser feitas sem políticas estruturantes, pois recusa a imagem do sujeito negro que, agora com seu suposto ‘lugar ao sol’, diz ter ultrapassado as condições de vida que lhe foram relegadas desde o nascimento, ora reproduzindo a ideia de que os negros devem provar seu valor sendo melhores que os brancos duas, três ou quatro vezes, ora produz um peso social sobre o tema – o sentimento de “ pena” – que reduz equivocadamente o circuito da discriminação, exploração, machismo, intolerância religiosa, encarceramento, apenas à *desvalorização* de atributos físicos e culturais.

Aqui temos particularidade e universalidade em uma relação que é dialética. Em um estado geral de atonia na conjugação da luta negra à luta dos trabalhadores, a resistência da classe trabalhadora negra ao conjunto de opressões aparece ordenada para o confronto direto com as perspectivas “pós-modernas”. Frente as acusações da luta antirracista enquanto *fantasia fascista da esquerda identitária*⁹, na verdade, a luta antirracista, nesses termos, busca apreender os desafios determinados que se colocam na realidade do capitalismo em crise, respondendo ao quadro das opressões enlaçando uma perspectiva classista.

O neoliberalismo tende a conduzir a uma fragmentação determinada:

O exemplo do papel que cumpriu a APEOESP, sindicato dos professores estaduais de São Paulo durante a paralisação internacional de mulheres em 2018 foi emblemática: impediram a unificação dos professores e professoras com os fortes atos de mulheres, e para isso contaram com a ajuda da Marcha Mundial de Mulheres uma das “direções” do movimento de mulheres. Por isso não há qualquer combate a ser dado a serviço de responder os dramas da nossa classe que não passe por lutar por fortalecer alas antiburocráticas dentro de cada local de trabalho e na base de cada movimento social.
(Assunção; Parks, 2021, s.p.).

Entre esses grandes desafios enunciados por Assunção e Parks, (2021), portanto, colocam-se especialmente “a burocracia sindical e as direções burocráticas dos movimentos sociais”.

É válido ressaltar, como aqui é pretendido, sobre a resistência a esse movimento no interior da classe trabalhadora, sendo um momento em que o antirracismo ganha fortes expressões, especialmente entre organizações de mulheres

⁹ Como o faz Risério (2019).

negras, muito importantes na busca pela união entre a compreensão minuciosa das condições de vida da mulher negra e do reconhecimento da necessidade de superação de uma ideia abstrata e difusa do universalismo de classe ainda presente.

Um grande protagonismo, nesse sentido, no tocante à organização *Pão e Rosas* é identificado por Assunção e Parks (2021), a qual defende “uma estratégia proletária para a luta das mulheres e negros, ou seja, atuamos em todos os movimentos, mas como uma ala revolucionária que luta para unificar a nossa classe”.

Na disputa de projetos societários por hegemonia no interior dos movimentos negros, não deve haver espaço para as alianças com a direita e fragmentação da classe trabalhadora que desvia a unidade de ação para a ampla composição de frente de enfrentamento e que tornam a desconfigurar o movimento de massas, as necessidades reais da população negra, pobre e periférica.

Os intelectuais, militantes e organizações coletivas antirracistas que partilham dessas concepções assumem a necessidade de enfrentar o sistema capitalista enquanto classe trabalhadora e a refutar veementemente posicionamentos que dialoguem com o ideário “pós-moderno”. Uma das formas de consciência nesse processo relaciona-se à recusa em aceitar as provocações “pós-modernas” sobre a relação entre a periferia e o racismo, quando alguns desses pseudo cientistas elocubram conceitos e significações de uma ideia de periferia ‘em si’, resguardada em suas particularidades, supostamente incompreensíveis sob a ótica materialista. Com a entrada de um número mais significativo de negras e negros nas universidades – especialmente no âmbito das faculdades públicas, as quais se tornaram alvos e símbolos inequívocos de resistência ao avanço do neoliberalismo – essa perspectiva de enfrentamento à ideologia “pós-moderna” e elitista tem ganhado maior profundidade.

Tal apreensão dialoga com a ideia de Lukács (1972), pela qual se infere que uma luta empreendida pelos seres sociais pode concretamente conduzir à emancipação humana calcada na relação dialética do universal e do particular, em que a condição particular dos indivíduos negros da classe trabalhadora seja pensada superando sua forma particular, agregando e assumindo para si as necessidades de transformação da sociedade em geral. Evidencia-se, portanto, a estratégia e programática de luta política emancipatória da população negra, que não se furta de uma sociedade comum a todos.

Algumas considerações finais

As novas tensões que são provocadas pelo bloco ideológico dominante retratam as problemáticas de vida da classe dominante, distantes da atividade real de luta das negras e negros da classe trabalhadora, se espraiando em grupos

particulares, conquistando corações, mas sempre preservando seu caráter essencialmente retrógrado. O neoliberalismo, ao engendrar a população negra na atonia “pós-moderna” da primazia pelo mercado na resolução dos problemas sociais, tratou de reorganizar as condições de reprodução do capital às custas de um novo patamar de expropriação, agora marcado pela bancarização, pauperização e endividamento da população negra, pobre e periférica. Delimitou, por conseguinte, os termos da luta política no âmbito do Estado, pela qual o identitarismo emerge como tendência determinada de ação política.

As diversas tensões advindas disso, que se fizeram sentir profundas nas formas de organização e resistência negras sobrevivem à luz da necessária superação dos parâmetros “pós-modernos” dominantes, pelo qual setores dos movimentos negros apontam uma saída para o indeterminismo ou para a adesão aos pressupostos da sociedade burguesa e sua primazia pelo mercado.

Após as execuções da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Nunes, no ano de 2018, há um conjunto de revoltas coordenadas no sentido da contestação do ainda hegemonic neoliberalismo. Especialmente abertas pelos movimentos de mulheres e do feminismo negro, a potência da luta advém de um amadurecimento desses movimentos em sua ação real de luta. Nesse bojo, encontram-se postas na realidade as possibilidades concretas para reverter esse quadro em torno da conjugação mais profunda, imbricada e indissociável da luta anticapitalista e do antirracismo. Esse direcionamento, por fim, possui um acúmulo de subjetivação e solidariedade de classe imprescindível aos desígnios de uma luta política negra revolucionária.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Pauline. PT barra alianças com PSDB e DEM. UOL, 08 fev. 2020. Disponível em: noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/08/pt-barra-aliancas-com-psdb-e-dem.htm. Acesso em 20 dez. 2020.
- ASSUNÇÃO, Diana; PARKS, Letícia. Movimentos e burocracias: um debate com a esquerda sobre a luta das mulheres e negros. *Esquerda Diário*, 27 jun. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Movimentos-e-burocracias-um-debate-com-a-esquerda-sobre-a-luta-das-mulheres-e-negros> Acesso em 12 jul. 2021.
- BIROLI, Flávia. Favela, negritude e gênero: o corpo político de Marielle Franco. *Blog da Boitempo*, 11 abr. 2018. Disponível em:

<https://blogdabotempo.com.br/2018/04/11/favela-negritude-e-genero-no-corpo-politico-de-marielle-franco/>. Acesso em 12 abr. 2018.

ASSIS, Odete; SANTELLO, Victória. Construir fortes assembleias: por Marielle e a greve dos professores e servidores municipais. *Esquerda Diário*, 18 mar. 2018. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Construir-fortes-assembleias-por-Marielle-e-a-greve-dos-professores-e-servidores-municipais>. Acesso em 20 mar. 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITU, Roxanne (Orgs.). *The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge, 1994, p. 93-118.

_____. Race, reform and retrenchment: transformation and legitimization in antidiscrimination law. *Harvard Law Review*, Cambridge, vol. 101, n. 7, p. 1331-1387, 1988.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Márcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. *SER Social*, Brasília, vol. 19, n. 41, p. 398-413, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie et al. (Orgs.). *Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2017.

FREDERICO, Celso. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 30, n. 87, p. 237-254, 2016.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (Org.). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*: São Paulo: EDUC, 2021, p. 73-86.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KEHL, Maria Rita. Lugar de “cale-se”. *A terra é redonda*. 10 ago. 2020. Disponível em: aterraeredonda.com.br/lugar-de-cale-se/. Acesso em 20 nov. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1972.

MANOEL, Jones. Kwame Nkrumah: o encontro de duas razões revolucionárias. *LavrPalavra*, 04 mar. 2020. Disponível em: lavrapalavra.com/2020/03/04/kwame-nkrumah-o-encontro-de-duas-razoes-revolucionarias/#more-12369. Acesso em 20 abr. 2021.

NA PRÁTICA. Como Nina Silva enfrentou o racismo empresarial e criou o Movimento Black Money. *Na prática*, online, 09 jun. 2020. Disponível em: www.napratica.org.br/nina-silva-movimento-black-money/. Acesso em 20 jul. 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

NOGUEIRA, Ítalo. Sob efeito de Marielle, candidatas negras exaltam diferenças em eleição no Rio. *Folha de São Paulo*, 25 set. 2020.

PARKS, Letícia. Depois do Black Lives Matter, onda de greves nos EUA aponta o caminho da luta de classes para enfrentar a crise. *Esquerda diário*. 20 out. 2021. Disponível em: esquerdadiario.com.br/Leticia-Parks-Depois-do-Black-Lives-Matter-onda-de-greves-nos-EUA-aponta-o-caminho-da-luta-de. Acesso em 20 out. 2021.

PIMENTA, Rui Costa. Confira como foi a análise política da semana desse sábado. *Diário da Causa Operária*, 30 ago. 2021. Disponível em: www.causaoperaria.org.br/artigo/confira-como-foi-a-analise-politica-da-semana-desse-sabado/. Acesso em 15 set. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *O que é Lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RISÉRIO, Antonio. *O relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Diogo Joaquim. *Antirracismo contra a ‘pós-modernidade’? – um estudo sobre identidade e revolução no interior da luta antirracista no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

_____. *Racismo e resistência à discriminação*: uma contribuição ao estudo sobre as lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil*: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia e sociedade*, São Paulo, vol. 26, p. 83-94, 2014.

SCHWARCZ, Lília. Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha. *Folha de S. Paulo*, 02 ago 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml> Acesso em 03 ago. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. *O campeonato da desigualdade e a identidade racial*, 2001. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/identidade.htm>. Acesso em 30 dez. 2020.

SILVA, Douglas. A esquerda brasileira e a ilusão da Frente Amplia. *Esquerda Diário*, 07 Jun. 2020. Disponível em: www.esquerdadionario.com.br/A-esquerda-brasileira-e-a-ilusao-na-Frente-Amplia. Acesso em 20 dez. 2020.

VASCO, Eduardo. Sobre o identitarismo e a concepção marxista da opressão. *Diário da Causa Operária*, 16 ago. 2021. Disponível em: www.causaoperaria.org.br/rede/dco/opiniao/columnistas/sobre-o-identitarismo-e-a-concepcao-marxista-da-opressao/. Acesso em 20 set. 2021.